



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

UNIDADE COMPRADORA (UASG) 932334

A Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC** e através do seu agente de contratação e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 113/2025-GAB, datada de 11/03/2025, torna público aos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO, com AMPLA PARTICIPAÇÃO objetivando a **CONTRATAÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PRAÇA DA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP, NA RUA TEODORO ANTÔNIO LEAL, Nº 264, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP.**

Link do projeto: Anexo IV do Edital

1. DISPOSITIVOS LEGAIS

1.1. O presente procedimento licitatório será regido pela Leis Federais nº 14.133/2021 e 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e legislações pertinentes.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Esta licitação será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos da Tecnologia da Informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, integrante do quadro efetivo deste Órgão, designado por ato interno, denominado agente de contratação, e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no sistema Comprasnet – SIASG, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, gerenciadora do Sistema, constante da página (www.gov.br/compras).

3. OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PRAÇA DA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP, NA RUA TEODORO ANTÔNIO LEAL, Nº 264, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP**, conforme solicitação contida no Processo Administrativo nº **05.990.008/2025**, descritos e qualificados na forma do **ANEXO I (Planilhas de Preços)** deste edital.

3.2. Os resultados desta licitação serão divulgados no Diário Oficial da União – DOU, Diário Oficial do Município – DOM, site da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP – PMC (www.calcoene.portal.ap.gov.br) e no site do Comprasnet – SIASG.

4. REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

4.1. A sessão pública desta licitação será aberta com a abertura das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

Endereço eletrônico: (www.gov.br/compras), o Portal de Compras do Governo Federal.

4.2. **Abertura da sessão pública: às 09h30min do dia 20 de fevereiro de 2026 (horário de Brasília - DF).**

4.3. O licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e o horário limite para o recebimento de proposta e documentos e a abertura da sessão pública, bem como para o início da disputa.

4.4. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação

5.1.1. Gestão/Unidade: Sec. Mun. de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;

5.1.2. Programa de Trabalho: **15.451.0025.1-020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE PRAÇAS;**

5.1.3. Elemento de despesa 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

5.1.4. Fonte de Recurso: Transferência Especial

5.1.5. Valor Global R\$

5.2. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos repassadores: Transferência Especial.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

6.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

6.5. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste edital e seus anexos.

6.6. Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas ou jurídicas:

- a) que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;
- b) constituídas sob a forma de sociedades cooperativas;
- c) que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública do Estado de Amapá, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- f) estrangeiras que não funcionem no País;
- g) que tenham como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes da PMC;
- h) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.7. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação ou do fornecimento de bens e serviços a ela necessários, servidor ou dirigente da PMC.

6.7.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.7.2. O disposto no subitem anterior aplica-se ao agente de contratação e aos membros da equipe de apoio.

6.8. Somente poderão participar desta licitação empresas cujas inscrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF – estiverem em plena validade, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para a utilização do sistema eletrônico, o interessado deverá acessar o site Compras.gov.br e se cadastrar no SICAF, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para obter chave de identificação e senha pessoal para que o fornecedor participe de Pregões e Cotações Eletrônicas realizadas pelo sistema do Comprasnet.

7.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à



CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

licitação.

7.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PMC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

7.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico Compras.gov.br, os licitantes deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. A proposta deverá conter as informações necessárias, no espaço reservado pelo sistema eletrônico, dos objetos ofertados nos termos especificados por este edital e o preço representativo do valor dos itens, nos moldes do contido no sistema eletrônico.

8.3. Não serão aceitas propostas que, mesmo após a realização de diligências, permaneçam em desconformidade com as regras definidas neste edital.

8.4. O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Esse prazo ficará suspenso pela interposição de recurso.

8.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

8.7. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer, que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

8.8. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que tratam este edital.

8.10. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

8.11. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços que ocorrerá até a data da abertura da sessão do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

8.12. A proposta de preço do licitante melhor classificado, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A critério do agente de contratação, poderá ser solicitada cópia autenticada ou originais dos documentos enviados, a serem encaminhados **no prazo máximo de 03 (três) dias**. Havendo qualquer fato que impeça o envio de documentos pelo sistema eletrônico, os mesmos poderão ser enviados no e-mail pmc.cpl01@gmail.com.

8.13. Os documentos necessários à habilitação, quando solicitados na fase de habilitação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo agente de contratação no sistema eletrônico.

8.14. O prazo máximo de duas horas, previsto no item 8.13 deste edital, será aplicado aos documentos complementares necessários ao julgamento da proposta e à habilitação, quando solicitados após a fase de lances.

8.15. Passados os prazos de convocação previstos no item 8.12 (máximo 48 horas) e no item 8.13 (máximo 02 horas), conforme o caso, a licitante que, convocada, não apresentar a proposta comercial atualizada e documentos que devam acompanhá-la, bem como, os documentos de habilitação e eventuais documentos solicitados para complementar a proposta ou a habilitação, será desclassificada ou inabilitada, conforme o caso.

9. DO PROCEDIMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A partir do horário previsto no item 4.2 deste edital, terá início a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, cuja classificação para a fase de lances será efetuada pelo sistema eletrônico.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.2.1. Os lances deverão ser formulados em relação ao preço ofertado para cada item desta licitação. O sistema efetuará a classificação final considerando o **MENOR PREÇO**, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

9.3. O licitante poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao último ofertado por ele.

9.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme a classificação de propostas, efetuada pelo sistema eletrônico.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.6.1. Durante o transcurso da sessão pública o agente de contratação enviará mensagens, via *chat*, às licitantes, mas essas só poderão se comunicar com o agente de contratação por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

9.7. Caso haja desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o agente de contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

9.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.

9.9. Esta licitação será processada pelo modo de disputa **ABERTO**, em que somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela;

9.9.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

9.9.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

9.9.3. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

9.9.4. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances.

9.9.5. Na etapa de disputa aberta os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, e intervalo mínimo de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.9.5.1. No modo de disputa de que trata este subitem, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

9.9.5.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.9.5.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances.

9.9.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o agente de contratação encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, a fim de que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas estabelecidas neste edital.

9.11.1. A negociação será executada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Se a proposta ou lance de menor valor ofertado não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o agente de contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.13. Caso não sejam apresentados lances, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.14. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o agente de contratação efetuará consulta no SICAF a fim de verificar os documentos por ele abrangidos e a validade das certidões necessárias à habilitação, e, caso a empresa apresente pendências no referido cadastro, será analisada a documentação enviada via sistema eletrônico.

9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão solicitados à empresa e deverão ser enviados no prazo previsto no item 8.13 deste edital.

9.15. Quando for o caso, o envio postal da proposta e da documentação de habilitação, em original ou autenticada, deverá ser em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

APREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP CENTRAL DE COMPRA E
LICITAÇÕES – CCL PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº xxxxx/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº
xxxxxxxxx

9.16. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 – DA HABILITAÇÃO deste edital.

9.17. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante assume que o objeto ofertado deverá atender às especificações constantes do ANEXO IV – Projeto Básico deste edital.

9.18. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.19. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo no caso de erro para mais e posterior desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

10. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1. A proposta de preços atualizada, a ser enviada após a etapa de lances, deverá ser apresentada, preferencialmente, na forma do ANEXO II deste edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital, constando, obrigatoriamente:

- a) indicação do nome ou razão social do proponente, número do CPF/CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência, conta, responsável com CPF e endereço eletrônico de correspondência (e-mail ou outra forma), para contato;
- b) prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, após entrega total e definitiva da Fatura/Nota Fiscal, na forma do Item 16 – DO PAGAMENTO, deste edital;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sua apresentação;
- d) dados do representante legal (nome, número de identidade e do CPF), com poderes específicos para



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

assinar o termo de compromisso/contrato, conforme minuta anexa a este edital.

- e) preço fixo e irrevogável;
- f) planilha orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste edital e seus anexos, contendo:
 - 1) Discriminação dos serviços a serem executados, unidades de medida dos serviços, quantitativos, preços unitários, subtotais e totais com duas casas decimais. Considerar-se-á valor global da proposta o constante no total geral da planilha;
 - 2) Composição de custo unitário, com apenas duas casas decimais, para todos os itens da planilha. Ao elaborar a planilha, deverá ser utilizado a fórmula truncar em 2 (duas) casas, evitando-se fórmulas de arredondamento;
 - 3) Composição do BDI e o detalhamento (custo unitário) dos itens que o compõe e seus respectivos percentuais praticados;
 - 4) Cronograma físico-financeiro.
- f.1) as planilhas de preços e cronograma de execução do objeto desta licitação, que acompanharão a proposta comercial, deverão conter identificação de profissional legalmente credenciado com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), observado o contido na Lei nº. 5.194, de 24/12/66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), observada a Lei nº 12.378, de 31/12/2010, e demais legislações correlatas;
- g) declaração da licitante de que examinou os projetos, as especificações e os encargos, com os respectivos quantitativos necessários ao perfeito atendimento do objeto da licitação, reconhecendo que a sua proposta é adequada e suficiente para a realização dos serviços;
- h) as planilhas orçamentárias devem ser enviadas nos formatos ".xlsx" e ".pdf".
- i) declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

10.1.2. Os modelos de declarações previstas nas alíneas “g” e “i” constam no ANEXO II (modelo de proposta comercial) deste edital.

10.1.3. A falta de declaração prevista na alínea “i” deste subitem acarretará a desclassificação da licitante, nos termos previstos no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4. Erros no preenchimento da planilha não serão motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.1.4.1. Será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para eventuais ajustes na planilha orçamentária.

10.2. A licitante poderá incluir em sua proposta, dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o objeto ofertado, bem como informações que não constem em seu catálogo, entretanto necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do serviço ou do material solicitado.

10.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais,



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

parafiscais, fretes, seguros, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.4. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.

10.5. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do fornecimento do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a licitante.

10.6. O licitante melhor classificado, a critério do agente de contratação, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, maiores informações sobre o objeto ofertado ou sobre a documentação apresentada. A licitante que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada.

10.6.1. Quando solicitados, os documentos com informações da(s) licitante(s) melhor classificada(s) serão encaminhadas pelo sistema eletrônico ou, quando se tratar de objeto físico, a Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, CNPJ nº 05.990.437/0001-33, aos cuidados da Central de Licitação, no endereço constante no item 14.9 deste edital.

10.6.2. Caso a empresa convocada não entregue as informações, atrase a entrega sem justificativa aceita pelo agente de contratação ou, ainda, as entregue em desacordo com o que for solicitado, terá sua proposta desclassificada quando, então, será facultado ao Agente de Contratação convocar outra(s) empresa(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação de maiores informações para verificação, sem afetar a aplicação de penalidades decorrente da sua ação ou omissão.

10.6.3. As eventuais despesas com o envio das informações previstas neste item deverão ser suportadas pela própria licitante interessada.

10.7. Observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o agente de contratação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.8. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.2. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

11.2.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto desta licitação, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro e Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante apresentação da declaração prevista no item 11.2.6, “b”, deste edital.

11.2.2.1. Para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista será admitida certidão positiva com efeito de negativa.

11.2.2.2. Durante a análise dos documentos de habilitação, se detectada(s) certidão(ões) de regularidade fiscal, social e trabalhista vencida(s), o agente de contratação realizará consulta na internet para obtenção de certidão(ões) atualizada(s).

11.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais (ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório. Observe que os balanços poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade. Entende-se por “na forma da lei” o seguinte:

- **Quando S.A.:** balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

- **Quando outra forma societária:** balanço patrimonial devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (art. 1.179) e Instrução Normativa nº 82/2021, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), ou por



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

cópia do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

b) O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:

b.1. Índice de Liquidez

b.1.1. Liquidez Corrente: Este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos. O ideal é que este quociente seja superior a 1 (um). Quando for igual ou superior a 1 (um), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se em situação de insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1.2. Índice de Liquidez Geral: Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos. Quando este quociente for igual ou superior a 1 (um) poder-se-á afirmar, em princípio, que a entidade se encontra satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro. Por outro lado, quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.3. Índice de Solvência Geral: Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R\$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R\$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.4. Na aplicação das fórmulas anteriormente mencionadas não será habilitada a empresa que:

- a) apresentar Índice de Liquidez Geral inferior a 1 (um);
- b) apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1 (um);
- c) apresentar Índice de Solvência Geral inferior a 1 (um).

b.1.5. As empresas com menos de dois exercícios financeiros devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

11.2.4.1. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito de contratação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.2.5. Os documentos descritos acima nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão substituídos pelo SICAF, caso as empresas possuam o referido cadastro e o mesmo esteja em situação plenamente legal quanto à validade das certidões na data da realização da sessão.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

b.1.6. Exceção feita à certidão exigida na alínea “F” do subitem 11.2.2, pois ainda que a informação conste do SICAF ou a própria licitante apresente certidão, o agente de contratação efetuará consulta para emissão de certidão atualizada no momento da habilitação.

b.1.7. Como garantia de participação, as empresas deverão comprovar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, conforme previsto no art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021, sob pena de inabilitação.

11.2.6. Declarações:

11.2.6.1. Além do preenchimento obrigatório das declarações constantes do sistema eletrônico Comprasnet, a licitante deve apresentar as seguintes declarações junto com os documentos de habilitação:

- a) declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica, caso não seja realizada a visita de que trata o item 11.2.8 deste edital (modelo de declaração no ANEXO III deste edital);
- b) declaração, em papel timbrado da empresa e assinado por pessoa competente, na qual indicará os profissionais responsáveis técnicos detentores dos respectivos Acervos Técnicos;
- c) declaração do(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s) indicado(s), aceitando o exercício da função de responsável (is) técnico(s) pelos serviços.

11.2.7. Qualificação técnica:

- a) Certidão de Registro ou inscrição do licitante, bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s), Engenheiro Civil ou Arquiteto, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro do prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelos respectivos Conselhos Regionais;
- b) declaração indicando o nome, CPF e número do registro no conselho do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata este edital;
- c) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (Certidão de Acervo Técnico - CAT), quando for o caso, que demonstrem a capacidade técnico-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
- d) pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnica profissional e técnico operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove a prestação do serviço similar ao objeto deste certame, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação. Os atestados deverão demonstrar experiência em execução de obra com as seguintes parcelas de maior relevância de acordo com o Art. 67, § 1º, da Lei 14.133/2021 de forma abaixo:

ORDEM	ITENS	UND	QUANTIDADE E TOTAL	QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA	PERCENTUAL AL MÍNIMO EXIGIDO
-------	-------	-----	-----------------------	---------------------------------	---------------------------------------



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

1	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, ACABAMENTO ESTAMPADO, ARMADO.	M²	3.302,97	990,89	30,00%
2	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO.	UN	848,04	254,41	30,00%
3	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, INCLUSO COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA.	M²	1269,00	380,70	30,00%

e) documento comprovando que o responsável técnico, constante nas Certidões de Acervo Técnico apresentadas, integrará o quadro da empresa na data da entrega da proposta, por meio de uma das seguintes formas:

- 1) empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 2) sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- 3) diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 4) contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;
- 5) Certidão do CREA ou CAU;
- 6) declaração através do qual o profissional assumirá a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

11.2.7.1. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa somente poderá(ão) participar como responsável(is) técnico(s) por apenas 01 (uma) empresa, sendo inabilitadas as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função.

11.2.8. Visita técnica:

a) A licitante deve apresentar atestado de visita técnica, realizada por seu representante, ao local dos serviços a ser fornecido por servidor da SEMINFDUR/PMC. A vistoria deverá ser agendada pelo telefone (79) 988106507, no horário de 08h00 às 13h00. O atestado de que trata este item será emitido em modelo próprio da SEMINFDUR/PMC e será entregue pelo(a) servidor(a) responsável pelo acompanhamento do funcionário da empresa durante a vistoria.

a.1) A visita técnica de que trata este item é facultativa, sendo suficiente a apresentação de declaração do



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto, ou, ainda, declaração da licitante assumindo toda a responsabilidade pela não realização da vistoria do local de execução do serviço (modelo de declaração no ANEXO III deste edital).

11.3. A habilitação dos participantes, quanto à existência de qualquer impedimento ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual de Calçoene/AP ou declaração de inidoneidade, será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.4. Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados por meio de cópias, podendo ser solicitada oportunamente a comprovação de sua autenticidade. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme artigo 12, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a sessão pública virtual, observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).

11.6. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Certidão de Negativa de Débito Trabalhista, e outras solicitadas no edital para fins de habilitação) e qualificação exigida na licitação.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. O agente de contratação efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO GLOBAL, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.1.1. O agente de contratação, conjuntamente com o setor requisitante, verificará a(s) proposta(s) apresentada(s), e desclassificará, motivadamente, aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.1.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos constantes no ANEXO I – Planilha de Preços deste edital.

12.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atendam às exigências deste edital e seus anexos ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) que contiverem preço condicionado a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;



CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseados nas ofertas de outras licitantes;

d) que ofereçam preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, ou que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos serviços são coerentes com os de mercado;

d.1) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

e) que apresentarem proposta alternativa;

f) cuja empresa convocada não apresente as informações complementares ou amostras solicitadas ou as apresente fora do prazo estipulado, ou cujas amostras do produto ofertado tenham sido reprovadas.

Como critério para desclassificação de propostas observar-se-á, ainda, o disposto no item 5.3 do ANEXO IV – Projeto Básico deste edital.

12.3. O critério de aceitabilidade dos preços unitários e global propostos será o da compatibilidade com os preços estimado pela PMC, conforme a planilha orçamentaria de preços.

12.4. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar, bem como a planilha de custos e formação de preços com valores ajustados ao lance final quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições do edital.

12.5. Serão recusados os preços finais e **os preços unitários** com valores superiores ao limite estabelecido neste edital ou manifestamente inexequíveis.

12.6. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.6.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos todos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixados neste Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente;

12.6.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.7. No caso de divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.

12.8. O desatendimento de exigências formais, sendo estas não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sempre assegurando a todas as licitantes a paridade de tratamento neste aspecto.

a) O agente de contratação e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo: o agente de contratação examinará a compatibilidade do preço ofertado pelo proponente melhor classificado, analisando os preços praticados para essa espécie de contratação no âmbito da Administração Pública e as condições atuais de mercado, de acordo com as informações constantes dos autos. Não sendo aceito, o agente de contratação, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do valor ofertado;

b) o agente de contratação poderá solicitar a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero (exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

totalidade da remuneração) ou com grande disparidade entre o valor ofertado e aquele estimado pela Administração;

c) as causas de oscilações de mercado que provoquem a diminuição do percentual de descontos deverão ser comprovadas pela licitante interessada, ainda na fase de negociação com o agente de contratação;

d) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da licitante, o agente de contratação recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção de preço julgado aceitável.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e a homologação do presente certame.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

14.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este edital ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, encaminhando seus questionamentos ao e-mail pmc.cpl01@gmail.com, dirigido ao agente de contratação.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será processada e julgada na forma e no prazo previsto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame.

14.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.3. Dos atos do agente de contratação neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, mediante registro de intenção de recorrer. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios.

14.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo de até 10 (dez) minutos, conforme previsão do artigo 40 da Instrução Normativa nº 73/2022.

14.5. Recurso contra decisão do agente de contratação terá efeito suspensivo.

14.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os recursos e contrarrazões de recursos deverão ser dirigidos ao agente de contratação que, se não reconsiderar sua decisão os submeterá, no prazo de 03 (três) dias úteis e devidamente instruído, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados fora do sistema eletrônico.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Central de Licitações, localizada no edifício sede da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, na Rua Teodoro Leal, nº s/n, bairro Centro, CEP 68.960-000, na cidade de Calçoene- AP.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. Para a execução do objeto previsto neste edital a licitante vencedora da licitação deverá observar e cumprir todas as condições, procedimentos, prazos e demais exigências previstas no ANEXO IV – Projeto Básico deste edital e no futuro contrato.

15.2. A não observância do subitem 15.1 sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis conforme a legislação vigente.

15.3. A subcontratação do objeto não será permitida.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As faturas/notas fiscais, uma vez certificadas pelo gestor do contrato, serão pagas mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela Contratada, em até trinta dias após sua certificação;

16.2. O pagamento será efetuado conforme as medições da obra, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência, devendo a Contratada expedir Nota Fiscal, juntamente com a seguinte documentação;

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Previdenciários;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS;
- c) Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da contratada;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Para fins do disposto neste subitem serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa;

As certidões previstas nas alíneas “a” a “d” do subitem 16.2 poderão ser consultadas pela própria contratante, por meio da internet;

A lista de documentos exigidos para pagamento poderá ser alterada a qualquer momento em caso de alteração da legislação ou necessidade da fiscalização do contrato.

Caso a contratada se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

16.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre o prazo previsto no item 16.1 e a data correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(12/100)}{365} = 0,00032876$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

16.4. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à contratada para a devida regularização, caso em que o prazo referido no subitem 16.1 deste edital passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. **Moratória de 0,5 % (meio. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento)**
 - i. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 17.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 17.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso haja, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18.11. No que tange a abertura ou pedido de qualquer sanção ou punição ao contratado mencionado nestes autos, os mesmos serão abrangidos a priori pelo Fiscal(is)

19. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

19.1. Reserva-se a PMC o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

19.2. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. Além das obrigações previstas no ANEXO V, a empresa vencedora obriga-se a:

Refazer ou substituir, às suas expensas, o serviço ou o material que for entregue em desacordo ao firmado no contrato.

Obedecer às discriminações estabelecidas nas especificações de cada item.

Responsabilizar-se por todo o processo logístico e operacional decorrente da execução do objeto ofertado, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

Garantir a qualidade dos bens e serviços fornecidos, sob pena de sofrer rejeição ou troca em caso de descumprimento às especificações contidas neste edital e seus anexos.

Responsabilizar-se por eventuais danos ou acidentes causados, direta ou indiretamente, a PMC ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes, empregados, prepostos e/ou fornecedores em virtude do objeto ofertado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo PMC.

Comunicar a PMC, antes de expirado o prazo de execução, anexando documentação comprobatória, a ocorrência de casos fortuitos prejudiciais à execução do objeto.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

Incluir na proposta apresentada todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de qualquer imposto, taxa, contribuições, fretes e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito, e também percentuais de descontos concedidos.

Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas e apresentadas na assinatura do instrumento contratual.

Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidades a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Cumprir outras obrigações constantes do contrato.

20.2. A Contratada não será responsável:

Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior.

Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.

20.3. Além das obrigações previstas no ANEXO V, a PMC obriga-se a:

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências da PMC.

Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Receber pedidos de prorrogação de prazo, desde que, encaminhados a SEMINFDUR e solicitados com, pelo menos, 10 (dez) dias de vencimento do prazo de entrega do objeto, ou seja, com tempo hábil a sua análise e deliberação.

Aceitar pedidos de prorrogação devidamente documentados, onde constem motivos para o mesmo e com documentos hábeis a comprovar a necessidade de tais pedidos.

Enviar as notas de empenho por qualquer meio eletrônico, ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da licitante e o funcionário que efetuou o recebimento. A partir disto, inicia-se o prazo de entrega do objeto licitado.

21. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a PMC, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

21.3. Havendo necessidade de aditivos contratuais, serão observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

22. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

22.1. Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

22.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela PMC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

22.3. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e decustódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Caso opte por uma das modalidades previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

Caso opte pela modalidade prevista na alínea “b” do subitem anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01(um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial ou econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

23.2. A participação do licitante no certame e a apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.

23.3. Poderão ser admitidos, pelo agente de contratação, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

23.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a PMC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a extinção do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

23.6. É facultado ao agente de contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

23.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

23.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP.

23.10. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo agente de contratação com base na legislação vigente.

23.11. Para contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, ou seja, quando contiver expressamente outra forma de contagem ou ainda a expressão “dias úteis”. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na PMC.

23.12. Fica designado o foro da cidade de Calçoene, estado do Amapá – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23.13. Quaisquer dúvidas surgidas quanto a este processo licitatório poderão ser sanadas pelo e-mail: pmc.cpl01@gmail.com.

23.14. Esta licitação é condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, e aos que lhes são correlatos.

23.15. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.16. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

23.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

24. ANEXOS DO EDITAL

24.1. Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Planilha de Preços Máximos;
- b) ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial;
- c) ANEXO III – Modelos de Declaração;
- d) ANEXO IV – Projeto Básico Completo (Aquitetônico, técnico e orçamentário);



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

e) ANEXO V – Minuta do Contrato.

Calçoene/Ap, 29 de janeiro de 2026

Expedido da Siva Viana
Coordenador da Central de Compras e Licitação



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

**ANEXO I
PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS**

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DA OBRA DA REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PRAÇA DA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP, NA RUA TEODORO ANTÔNIO LEAL, Nº 264, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP	Unid	01	3.739.720,18	3.739.720,18
Valor Total					3.739.720,18

OBSERVAÇÕES:

- 1 –Em caso de divergência entre as especificações deste edital e do sistema eletrônico (Comprasnet), prevalece o que consta deste edital.
- 2 –Nos valores acima já estão embutidos os BDI's (geral e equipamentos).



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

**ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Processo Licitatório nº xxxxxxxx/2026 Concorrência nº xxxx/2026

item	banco	Cod. item	descrição	und	quant	Valor unit	Valor unit. c/ BDI	Total c/ BDI
						Total sem BDI		
						Total do BDI		Xxxx%
						Total geral		

Razão Social da Licitante:

CNPJ nº:

Endereço:

Prazo de pagamento: Conforme Minuta do contrato, ANEXO V.

Dados bancários para pagamento:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação.

Nome do representante que assinará o contrato:

CPF nº:

RG nº:

Telefone Celular/Comercial:

E-mail:

Data de apresentação da proposta:

Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da proponente eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

Assinatura do representante legal

OBS:

- 1.A proposta de preços deverá ser redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital;
- 2.Os preços unitários e totais deverão ser cotados com apenas DUAS casas decimais, sendo as demais desprezadas (ou seja, o arredondamento será sempre para baixo), em algarismos e por extenso, em moeda nacional;
- 3.A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens e demais despesas inerentes, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente;
4. **A proposta comercial deve ser apresentada junto com as planilhas orçamentárias, na forma prevista no item 10.1 deste edital.**



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

**ANEXO III
(MODELO DE DECLARAÇÃO)**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP

REF.: CONCORRÊNCIA Nº xxxx/2026

Data ____ / ____ / ____

A empresa _____, CNPJ _____, sediada (endereço completo _____), por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____

_____, se declara responsável pelas implicações do conhecimento prévio de todas as condições do local de execução dos serviços e obras, bem como, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a PMC.

Declara também que sua proposta leva em consideração todas essas informações e que é de seu conhecimento que servidores da PMC, estiveram à disposição para receber todos os interessados para visita técnica até um dia antes da data marcada para abertura do certame licitatório.

Portanto, esta licitante se declara ciente de que nenhuma informação que poderia ser obtida com a vistoria técnica ao local de execução dos serviços e obras poderá ser alegada com o intuito de modificar ou frustrar sua proposta ou o futuro contrato eventualmente celebrado, sob pena das sanções legais.

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

**ANEXO IV
PROJETO BÁSICO COMPLETO**

Em face do volume deste anexo, o mesmo será disponibilizado como arquivo próprio no Link do projeto:

[https://drive.google.com/file/d/1H78NI0-ZWTmdcTPUU4jy3XFHEM-3_tJt/view?usp=drive link](https://drive.google.com/file/d/1H78NI0-ZWTmdcTPUU4jy3XFHEM-3_tJt/view?usp=drive_link)



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº xxxxx/2026 -PMC

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
CALÇOENE COMO CONTRATANTE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, COMO
CONTRATADA, PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP, com sede na xxxxxxxx, nº s/n, bairro Olaria, Calçoene/AP, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, neste ato representado pelo Prefeito **Antônio de Sousa Pinto**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº

_____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, neste ato representada por _____, RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliada na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente Contrato para **prestação de serviços de engenharia para realizar a execução de obra para xxxxxxxxxxxx**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, inclusive pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 12.846/2013, e legislações pertinentes; Edital do Processo Administrativo nº xxxxxxxx, Concorrência nº xxxxxx/2026, com sessão realizada em __/__/__, e respectivas atas de abertura e julgamento que integram este Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PRAÇA DA MATRIZ NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP, NA RUA TEODORO ANTÔNIO LEAL, Nº 264, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE CALÇOENE/AP.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será de forma indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o Art. 46, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, conforme art. 106 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. O prazo de execução dos serviços será de xxxxx (xxxxxxx) dias, conforme previsão do



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

cronograma físico-financeiro constanteda Planilha Orçamentária e a empresa tem até 5 (cinco) dias úteis para início da execução da obra, a contar da data do recebimento da ordem de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

O valor previsto para a realização dos serviços é de **R\$ (x x x x x)**, com inclusão do Bônus por Despesas Indiretas – BDI (xxxxx% para BDI), previsto na alínea "f" do inciso XXV do artigo 6º da Lei 14.133/21, que será pago de acordo com as medições efetuadas e devidamente atestadas pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ 1º O pagamento será efetuado conforme as medições da obra, devendo a **CONTRATADA** expedir Nota Fiscal, que será atestada pela Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEMINFDUR.

§ 2º O pagamento será efetuado conforme a execução da obra e a medição da sua etapa correspondente, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Previdenciários;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- g) Guia de Recolhimento de FGTS (GRF) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- h) Comprovante de recolhimento do FGTS;
- i) Guia de Recolhimento de INSS (GPS) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- j) Comprovante de recolhimento do INSS;
- k) Informações à previdência (GFIP), correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- l) Comprovante de pagamento dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- m) Cópia dos registros de ponto dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- n) Cópia do diário de obras correspondente ao mês da medição;
- o) Relatório fotográfico da medição corrente, demonstrando todos os serviços realizados no período.

§ 3º Ademais, antes da primeira medição, a empresa deverá apresentar:

- a) Todos os programas de segurança do trabalho necessários;
- b) ART do responsável técnico de execução da obra (em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, vide obrigações da **CONTRATADA**);



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

c) Cadastro da CNO preenchida.

§ 4º A lista de documentos poderá ser alterada pelo **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, em caso de mudança na legislação ou necessidade da fiscalização do Contrato.

§ 5º No caso de falhas na entrega ou execução do objeto ou na documentação de cobrança, o prazo para pagamento será suspenso, até a correção, e passa a contar a partir da regularização das falhas apontadas.

§ 6º Caso a documentação não esteja regularizada, a contagem do prazo para pagamento dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

§ 7º Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à **CONTRATADA** para a devida regularização, caso em que o prazo referido no §5º passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida..

§ 8º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.

§ 9º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = (TX) I = (12/100) I = 0,00032876365365$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

§ 10. O Reajuste e a Revisão de preços deverão atender às premissas elencadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seus acórdãos e documentos oficiais. Como complemento, será utilizada a Norma Técnica para Avaliação do Desequilíbrio Econômico-Financeiro de Contratos de Obras de Engenharia (IBAPE 003, de 19/09/2014, do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE). O ônus da prova dos fatos (desequilíbrio) é da própria empresa, a quem também cabe comprovar abundantemente a questão pleiteada, para subsidiar análise assertiva por parte do **CONTRATANTE**.

§ 12. Para fins de comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no mínimo, as seguintes documentações:

- a) Requerimento devidamente assinado pelo seu representante, contendo as devidas justificativas;
- b) Documentações hábeis demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- c) Simulação da planilha orçamentária desde a sua data-base até o mês onde for solicitado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo-se, neste caso, ser utilizada a própria tabela SINAPI



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

– uma vez que a mesma é mensalmente atualizada pela Caixa Econômica Federal;

- d) Cotações e Notas Fiscais dos insumos/serviços compreendendo o período pleiteado para o reequilíbrio econômico-financeiro, desde o mês utilizado como data-base da planilha licitada até o mês de pleiteamento da revisão de preços;
- e) Mapa de pesquisa de mercado alocando todos os preços obtidos através das cotações e Notas Fiscais apresentadas;
- f) Composições de custos unitários com os preços originalmente licitados;
- g) Composições de custos unitários com os preços modificados conforme mapa de pesquisa de mercado;
- h) Planilha sintética contendo o comparativo entre os valores originais e revisados dos serviços, cuja diferença, somada, será o valor do reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 13. Os preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela **CONTRATADA** ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses adotando a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P \times (1 + V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo P = preço atual (antes do reajuste)

V = variação percentual obtida pelo INCC-DI.

A variação percentual ("V"), por sua vez, é obtida através da seguinte equação:

$$V = (Li - Lo) / Lo \text{ Onde:}$$

Li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento, conforme histórico INCC-DI

Lo = Índice de preço verif. no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato, conforme histórico INCC-DI

§ 15. Os serviços incluídos em aditivos de acréscimo e precificados por meio de cotações no mercado local/nacional não sofrerão reajuste, tendo em vista que os preços foram atualizados antes da celebração do Termo Aditivo.

§ 16. Eventuais atrasos ocasionados pela **CONTRATADA** serão retirados do saldo remanescente que servirá como base de cálculo para aplicação do percentual de reajuste.

§ 17. Os valores reajustados, quando de direito e após aprovação do **CONTRATANTE**, serão pagos proporcionalmente às medições efetuadas.

§ 18. Qualquer documentação adicional porventura solicitada pelo **CONTRATANTE** deverá ser fornecida pela **CONTRATADA**.

§ 19. Não será devido o equilíbrio econômico-financeiro para variações ordinárias do valor dos materiais e mão de obra e tampouco quando o impacto ocorrido no contrato for oriundo de atrasos ou outros fatos cujo nexos causal tenha sido originado pela própria **CONTRATADA**.

§ 20. Não serão revisados/reequilibrados serviços já reajustados.

§ 21. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto deste Contrato correrão pelas seguintes fontes:

Unidade Orçamentária: xxxxxxxxxx;

Funcional-Programática: xxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxx;

NATUREZA DA DESPESA: xxxxxxxxxx;

Fonte: R\$ xxxx - xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

1. Publicar no Diário Oficial da União o extrato do contrato;
2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
3. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** através de seus representantes legais;
4. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
5. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
6. Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à **CONTRATADA**;
7. Decidir sobre eventuais alterações necessárias no instrumento contratual, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
8. Colocar à disposição da **CONTRATADA** os elementos e informações necessários à execução do contrato;
9. Atestar a entrega do serviço e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente;
10. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela **CONTRATADA** para entrega ou execução do objeto;
11. Supervisionar e fiscalizar os materiais, equipamentos e utensílios disponibilizados para execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar substituir os que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

(RRT) no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato por ambas as partes;

2. Providenciar a ligação provisória de água e energia, caso necessário;
3. Assumir a responsabilidade e efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo pelo **CONTRATANTE**;
4. Realizar a inscrição da obra no CNO no máximo até 30 dias após o seu início. E apresentar junto as documentações da primeira medição. Salvo por motivos de força maior e devidamente justificados;
5. Manter no local dos serviços e obras instalações, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato;
6. Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução do cronograma físico financeiro do contrato;
7. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do **contrato**;
8. Realizar e responsabilizar-se por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, se for o caso;
9. Entregar os bens e serviços discriminados em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas no contrato e seus anexos, e substituir qualquer item que, a juízo do **CONTRATANTE**, não esteja de acordo com o ajustado;
10. Fornecer ao **CONTRATANTE** o correspondente termo/certificado de garantia dos materiais e equipamentos aplicados na obra;
11. Observar de forma rigorosa as recomendações aceitas pela boa técnica, normas reguladoras, normas técnicas e legislação pertinente ao objeto contratado;
12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto contratado;
13. Reparar, corrigir, remover, substituir ou ressarcir às suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, os prejuízos causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** em decorrência da execução do objeto contratado;
14. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras pessoas físicas ou jurídicas, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
15. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros no cumprimento do objeto;
16. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE** prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto contratado;
17. Cumprir as solicitações formais ou instruções complementares da fiscalização pertinentes à execução contratual;
18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, no que couber, as normas internas do **CONTRATANTE** pertinentes ao objeto do contrato;
19. Reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor ou ao fiscal e tomar as providências pertinentes



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

20. Comunicar ao gestor, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução contratual;
21. Cumprir os prazos previamente estabelecidos pela fiscalização para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e serviços;
22. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**;
23. Cumprir a legislação municipal, estadual e federal de preservação ambiental, notadamente as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
24. Distribuir e supervisionar os empregados sob sua responsabilidade, zelar pelo cumprimento das tarefas e prazos, pela qualidade dos serviços e solução dos problemas;
25. Exigir de seus empregados a observação da técnica adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas disponibilizados para a execução dos serviços;
26. Não estocar materiais não pertinentes à execução contratual no local de execução dos serviços;
27. Não introduzir, utilizar ou estocar nas dependências do **CONTRATANTE**, materiais perigosos, exceto os autorizados pela fiscalização, devendo a contratada providenciar a sinalização e os dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
28. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do **CONTRATANTE**;
29. Empregar na execução do objeto somente empregados habilitados nas profissões declaradas em sua proposta, podendo a fiscalização exigir a qualquer tempo a comprovação;
30. Fiscalizar e orientar os empregados na execução do objeto contratado;
31. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho, inclusive incêndios, nos imóveis do **CONTRATANTE**;
32. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
33. Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta comercial, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto contratado;
34. Não permitir no canteiro de obras do **CONTRATANTE**, pessoas que não tenham relação direta com a execução do objeto contratado;
35. Prestar obediência às cláusulas acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional dos empregados alocados para execução dos serviços, que esteja em vigência e homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
36. Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária para execução do objeto contratado;
37. Submeter à aprovação do fiscal todos os insumos disponibilizados para execução do objeto, antes de sua aplicação ou utilização;
38. Substituir às suas expensas quaisquer materiais e insumos recusados por serem



CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

considerados inadequados à execução do objeto contratado; 39. Substituir, às suas expensas o objeto que apresentar defeito antes do recebimento definitivo;

40. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho em vigor para execução do objeto contratado, bem como fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e exigir sua utilização na forma da legislação vigente;

41. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

42. Comunicar por escrito à fiscalização do **CONTRATANTE**, de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venham a ocorrer com seus empregados;

43. Pagar os salários e outros direitos dos empregados até as datas limites estabelecidas em lei e Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria;

44. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários e demais benefícios de seus empregados aos pagamentos efetuados pelo **CONTRATANTE**. A inadimplência da **CONTRATADA** para com obrigações deste item, não transfere ao **CONTRATANTE** responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

45. Após a execução do objeto, proceder à retirada de entulhos e a limpeza detalhada dos locais de trabalho;

46. Após a execução do objeto, recolher ao pátio da PMC, todo material que seviram para cercamento (tapume) da obra.

47. Efetuar a baixa da CNO junto à Receita Federal em até 60 dias, após a conclusão da obra, podendo esse prazo ser estendido, caso seja apresentado as devidas justificativas dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA

A empresa executora da obra será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do projeto arquitetônico e complementares.

§ 1º Para todos os efeitos, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme art. 618 do Código Civil Brasileiro.

§ 2º Nesse período o **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA** a correção de qualquer patologia, defeito ou incorreção que se apresentarem nos serviços realizados.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar garantia, por ocasião da assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, nas modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término da obra.

§ 1º Não será permitida a subcontratação dos serviços contratados:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

O Recebimento dos serviços e obras executados pela **CONTRATADA** será efetivado em (02) duas etapas sucessivas.

§ 1º Na **primeira etapa**: após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** solicitará oficialmente uma vistoria da Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços para realizar o **Recebimento Provisório**. Nessa etapa, a **CONTRATADA** entregará os certificados de garantia dos objetos e componentes do serviço, garantindo sua qualidade nos termos do Projeto Básico. Após a vistoria, serão apontadas as eventuais correções necessárias ao Recebimento Definitivo, com prazo para execução dos ajustes, caso houver.

§ 2º Na **segunda etapa**, após a conclusão das eventuais correções, complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, será realizada nova vistoria pela fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, para o **Recebimento Definitivo**. O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** após a apresentação pela **CONTRATADA** da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato, além de Certificado de Conclusão de Obra, baixa do CNO (Cadastro Nacional de Obras). Tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo deverão ser efetuados por no mínimo:

- 3 (três) servidores do **CONTRATANTE** portariados para gestão e fiscalização do contrato; ou
- 1 (um) representante de cada disciplina de projeto, a depender da quantidade de disciplinas envolvidas no objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula ou condição deste contrato, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, resultará na aplicação das sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório e, na hipótese da **CONTRATADA** praticar quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o **CONTRATANTE** poderá aplicar multa de 0,50% (cinco décimos por cento) a 2,00% (dois por cento), conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,50%
2	1,00%
3	1,50%
4	2,00%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	SOBRE O VALOR TOTAL DO (A)
1	Não registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) antes do início da respectiva atividade técnica	1	Por dia	Contrato



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

2	Atraso no início da execução da obra	2	Por dia	Contrato
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência	Medição
4	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	2	Por dia	Saldo Remanescente
5	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	3	Por empregado e por dia	Medição
6	Executar serviços fora das especificações previstas no edital e seus anexos sem a autorização formal do Ministério Público.	3	Por ocorrência	Medição
7	Não manter o diário de obra atualizado	2	Por dia	Medição
8	Permitir a presença de empregado desuniformizado na obra.	1	Por ocorrência	Medição
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	3	Por ocorrência	Medição
10	Deixar de fornecer todos os materiais em quantidades adequadas para a perfeita execução dos serviços objeto do contrato.	3	Por ocorrência	Medição
11	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado	Medição
12	Deixar de pagar os salários e entregar os vales-transportes e/ou vales-alimentação nas datas avençadas.	3	Por empregado	Medição
13	Deixar de substituir equipamentos e materiais que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados.	4	Por ocorrência	Medição
14	Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente.	3	Por empregado	Medição
15	Deixar de orientar e exigir de seus empregados a postura e compostura compatíveis com o ambiente de trabalho.	3	Por empregado	Medição
16	Permitir que seus empregados divulguem assuntos de interesse Institucional que tomar conhecimento.	4	Por ocorrência	Medição



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

17	Atraso na entrega da obra no tempo previsto.	3	Por dia	Saldo Remanescente
18	Deixar de cumprir quaisquer obrigações, constantes no edital e seus anexos, não previstas nestatabela de multas.	3	Por ocorrência	Medição

§ 1º No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação.

§ 2º Pela prática de infrações administrativas, o **CONTRATANTE** poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado do Amapá;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 3º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** dê causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeita a multa de mora.

§ 5º A multa de mora, quando aplicada “por dia de atraso”, será limitada a 30 (trinta) dias. Se o atraso exceder esse período, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato.

§ 6º No caso de atraso injustificado na execução dos serviços e/ou a prática de quaisquer infrações, o **CONTRATANTE** poderá, garantida ampla defesa e o contraditório, aplicar multas à **CONTRATADA**, na forma prevista no item 10.2 do ANEXO IV – Projeto Básico do edital.

§ 7º Em caso de inexecução total ou em caso de recusa de assinatura do termo contratual por parte da **CONTRATADA**, será aplicada multa de 10%(dez por cento) sobre o valor total do contrato, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

§ 8º A **CONTRATADA** que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida no edital; não manter a proposta, salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado do Amapá, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato e cominações legais aplicáveis.

§ 9º A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, atuação

com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a PMC, em virtude de atos ilícitos praticados;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;
- g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 10. A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 18.6 do edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

§ 11. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas ou qualquer outro ato que gere em prejuízo do **CONTRATANTE** ou, ainda, aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;
- f) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 12. A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 13. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do §2º são de competência do Secretário de administração da PMC.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

§ 14. A sanção estabelecida na alínea “d” do § 2º é de competência do Procurador-Geral da PMC, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

§ 15. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis do **CONTRATANTE**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de intimação.

§ 16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão citada no §15, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 17. A comissão citada no §15, mediante decisão fundamentada, indeferirá provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 18. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste parágrafo;

§19. A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§20. As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

§21. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

§22. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

§23. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.



**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões determinados pelo CONTRATANTE, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

§ 2º Havendo necessidade de aditivos contratuais, serão observadas as disposições do item 6.5 do ANEXO IV do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS

§1º Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

§2º Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela PMC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

§3º Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e decustódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

§4º Caso opte por uma das modalidades previstas nos incisos “I” e “III” do parágrafo anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

§5º Caso opte pela modalidade previsto no inciso “II” do parágrafo anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

Parágrafo único. A licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026
TIPO: MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC**

constatação de fato superveniente, no caso desurgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato para todos os efeitos, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº xxxxxx/2026, o Projeto básico a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da **CONTRATADA**, bem como planilha com a proposta orçamentária e o cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos não previstos expressamente neste Contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, E na ausência de previsão destes diplomas legais, valerão as regras de contratos do direito privado (art. 89).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Calçoene/AP, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente contrato as partes e 2 (duas) testemunhas.

Calçoene/AP, ____ / ____ / 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
Representante legal
CONTRATANTE

Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.001/2026-SEMINFDUR/PMC

1. _____
2. _____